

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

A INVESTIGAÇÃO POLICIAL CONSTITUCIONALIZADA.....	35
1. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO E DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL	35
2. A INVESTIGAÇÃO POLICIAL COMO UM PROCEDIMENTO À LUZ DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO	38
3. POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO POLICIAL.....	49
3.1. As atribuições da polícia civil e da polícia federal	52
3.2. Termo de cooperação entre as Polícias Cíveis e Federal.....	54
3.3. As polícias devem adquirir câmeras ou instrumentos GPS para filmar a atuação policial e garantir a constitucionalidade do ato?.....	56
4. POLÍCIA MILITAR E INVESTIGAÇÃO POLICIAL	57
4.1. A atribuição investigativa da Polícia Civil e a Lei nº 13.491/17.....	61
4.2. Homicídio doloso cometido por policial militar contra civil: atribuição investigativa da Polícia Civil ou da Polícia Militar?	64
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	70
5.1. Poder investigativo do Ministério Público.....	70
5.2. Controle externo da atividade policial	82
5.3. Pode o Ministério Público requisitar a instauração de inquérito policial no curso do Procedimento Investigativo Criminal (PIC)?.....	89
6. GUARDA MUNICIPAL E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	92
7. OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DA INVESTIGAÇÃO PARTICULAR: A REPERCUSSÃO DA LEI Nº 13.432/17	98
8. O PODER DE REQUISIÇÃO DOS ADVOGADOS NO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO PARTICULAR	105
9. DIREITO DE GREVE DAS POLÍCIAS CÍVIS E FEDERAL	109
10. UM BREVE DEBATE ACERCA DA PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS DE INVESTIGAÇÃO	110
11. O ROL DO ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A POLÍCIA CIENTÍFICA E SUA RELAÇÃO COM A POLÍCIA CIVIL.....	112
12. ADVOCACIA EM CAUSA PRÓPRIA POR POLICIAL CIVIL OU MILITAR DA ATIVA – LEI Nº 14.365/2022	113
13. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SUA PRESIDÊNCIA POR MEMBRO DO PODER JUDICIÁRIO – INQUÉRITO DAS “FAKE NEWS”	114

CAPÍTULO II

ATUAÇÃO DO DELEGADO DE POLÍCIA NA ATUAL ORDEM CONSTITUCIONAL.....	117
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CARGO DO DELEGADO DE POLÍCIA E DO INQUÉRITO POLICIAL.....	117
2. O DELEGADO DE POLÍCIA NA ESTRUTURA DA POLÍCIA CIVIL.....	119
3. O DELEGADO DE POLÍCIA NA ATUAL ORDEM CONSTITUCIONAL	122
3.1. A Constituição Federal de 1988 como fundamento de legitimidade da conduta policial: poder discricionário ou poder vinculado?.....	122
3.2. Possibilidade da atuação do delegado de polícia no controle de convencionalidade das leis, na aplicação da teoria da recepção e no controle difuso de constitucionalidade das leis.....	128
3.2.1. Controle difuso de constitucionalidade das leis.....	128
3.2.2. Controle de convencionalidade das leis	131
3.2.3. Teoria da recepção das normas	134
3.3. Carreira jurídica	135
4. O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA.....	138
4.1. Provimento originário precedido por concurso público.....	138
4.2. Capacidade postulatória e representação da autoridade policial por medidas cautelares	139
4.3. Aposentadoria especial.....	142
4.4. Prisão especial.....	143
5. PRERROGATIVAS DO CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA.....	144
5.1. Irredutibilidade de subsídios.....	144
5.2. Estabilidade ou vitaliciedade?.....	145
5.3. Inamovibilidade?	146
5.4. Da autonomia funcional para a independência técnica do Delegado de Polícia: os limites da Corregedoria de Polícia e da ação civil pública por ato de improbidade	148
5.5. Foro por prerrogativa de função	154
5.6. Mesmo tratamento protocolar dos magistrados, membros da Defensoria Pública, do Ministério Público e advogados.....	155
5.7. O Delegado de Polícia e a sua (dis)função como testemunha na ação penal... ..	156
6. A FUNDAMENTAÇÃO COMO DEVER CONSTITUCIONAL E BASE DO GARANTISMO	157
7. A IMPARCIALIDADE E O DELEGADO DE POLÍCIA	160
7.1. A imparcialidade como dever constitucional para a presidência do inquérito policial.....	160
7.2. O dever de suspeição das autoridades policiais no contexto da imparcialidade	164
8. ATRIBUIÇÕES DO DELEGADO DE POLÍCIA E A DELIMITAÇÃO DA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO.....	166

9.	NATUREZA JURÍDICA DA REQUISIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA CONSEQUÊNCIA PRÁTICA NO INQUÉRITO POLICIAL	168
10.	O GABINETE DO DELEGADO DE POLÍCIA E O CRIME DE VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO.....	174
11.	O DELEGADO DE POLÍCIA E O CRIME DE DESOBEDIÊNCIA.....	175
CAPÍTULO III		
INQUÉRITO POLICIAL		177
1.	A FASE PRÉ-PROCESSUAL DA AÇÃO PENAL.....	177
2.	CONCEITO E FINALIDADE DO INQUÉRITO POLICIAL.....	177
3.	CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL	179
3.1.	Administrativo	179
3.2.	Dispensável?.....	179
3.3.	Forma escrita.....	180
3.4.	Sigiloso: a análise da súmula vinculante nº 14, o acesso do advogado ao inquérito policial e a Lei nº 13.245/16.....	181
3.5.	Inquisitivo: a atuação do advogado no inquérito policial e a Lei nº 13.245/16	190
3.6.	Indisponível.....	199
3.7.	Oficial ou oficialidade.....	199
3.8.	Tramitação de ofício ou oficiosidade.....	200
3.9.	Temporalidade (procedimento temporário).....	200
3.10.	Discricionário	201
3.11.	Informativo	201
3.12.	Sistemático	201
3.13.	Unidirecional?.....	202
4.	INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL E A <i>NOTITIA CRIMINIS</i>	202
4.1.	Ação penal pública incondicionada	208
4.2.	Ação penal pública condicionada	211
4.3.	Ação penal privada.....	211
5.	O PROCEDIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL	212
5.1.	Prazos para a conclusão do inquérito policial e o modo de contagem de tais prazos.....	212
5.2.	Relatório conclusivo do inquérito policial	217
5.3.	Destinatários dos autos do inquérito policial	221
5.3.1.	Destinatários dos autos do inquérito policial na ação penal pública.	221
5.3.2.	Destinatários dos autos do inquérito policial na ação penal privada.	223
5.4.	Acordo de não persecução penal.....	224
6.	ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO NO INQUÉRITO POLICIAL.....	225
6.1.	Regra geral – Art. 6º do CPP.....	225
6.2.	A condução coercitiva do indiciado, do investigado ou das testemunhas	229
6.3.	A oitiva do indiciado e das testemunhas	234

6.4.	A oitiva do policial e o seu valor probatório	240
6.5.	O depoimento do médico.....	242
6.6.	O depoimento do menor	244
6.7.	O depoimento da mulher em situação de violência doméstica ou familiar.....	246
6.8.	O depoimento do índio.....	248
6.9.	Avaliação das coisas relacionadas ao crime.....	248
6.10.	Reconstituição do crime ou reprodução simulada dos fatos	249
6.11.	Intervenções corporais.....	251
6.12.	Reconhecimento de pessoas ou coisas e acareações.....	252
6.13.	A problemática questão dos elementos de informação ilegais no inquérito policial.....	255
6.13.1.	A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	256
6.13.2.	A teoria do encontro fortuito das provas (serendipidade ou crime achado).....	261
6.13.3.	Momento de análise e possibilidade de desentranhamento dos elementos de informação ilícitos no curso do inquérito policial	267
7.	CADEIA DE CUSTÓDIA	273
7.1.	Conceito.....	273
7.2.	Procedimento da cadeia de custódia	273
7.3.	Perícia e cadeia de custódia	275
7.4.	Cadeia de Custódia e a Prova Digital.....	276
7.5.	Cadeia de custódia e o "print screen" de conversas em aplicativos (Whatsapp, Telegram e outros)	276
8.	INDICIAMENTO.....	277
8.1.	Procedimento do ato de indiciamento e o problema do silêncio legislativo	279
8.2.	Formas de indiciamento	280
8.3.	Consequências do indiciamento.....	281
8.4.	O indiciamento na hipótese de lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	282
8.5.	Limitações ao indiciamento	283
8.6.	Desindiciamento.....	284
8.7.	Conclusão do inquérito policial sem indiciamento.....	284
9.	IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	285
9.1.	Identificação civil e identificação criminal.....	286
9.2.	Identificação criminal do menor.....	287
9.3.	Identificação criminal por meio de coleta de material biológico para a obtenção de perfil genético	288
9.4.	Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais.....	292
9.5.	Identificação criminal e abuso de autoridade.....	293
10.	INCOMUNICABILIDADE DO PRESO	293
11.	ATUAÇÃO DO MAGISTRADO NO INQUÉRITO POLICIAL E O PROBLEMA RELATIVO AO VALOR PROBATÓRIO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	293

12. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO INQUÉRITO POLICIAL	299
13. COLABORAÇÃO OU DELAÇÃO PREMIADA	299
13.1. Conceito e natureza jurídica	299
13.2. Iniciativa e Procedimento	300
13.3. Requisitos da colaboração premiada.....	302
13.4. Impugnação do acordo de colaboração premiada por coautores ou partícipes.....	304
13.5. Consequências da colaboração premiada.....	305
13.6. A questão da constitucionalidade envolvendo a iniciativa do Delegado de Polícia na colaboração premiada	306
13.7. A natureza sigilosa da colaboração premiada.....	310
14. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL	312
14.1. Arquivamento direto e a sistemática do art. 28 do CPP	312
14.1.1. Natureza jurídica da deliberação que determina o arquivamento do inquérito policial e a incidência da coisa julgada.....	316
14.1.2. Pedido de arquivamento em ação penal privada.....	321
14.1.3. Retratação do pedido de arquivamento pelo Ministério Público.....	322
14.1.4. Arquivamento direto, juiz absolutamente incompetente e certidão de óbito falsa	322
14.1.5. Arquivamento em caso de violência de gênero	323
14.2. Arquivamento indireto: uma questão que envolve conflito de jurisdição no âmbito do Poder Judiciário e conflito de atribuições entre membros do MP ..	324
14.2.1. O problema do conflito de jurisdição	324
14.2.2. O problema do conflito de atribuições.....	325
14.3. Arquivamento implícito ou tácito.....	326
14.4. Arquivamento no juizado especial criminal	327
14.5. Arquivamento de inquérito policial na hipótese de atribuição do Procurador-Geral da República ou do Procurador-Geral de Justiça.....	328
14.6. Cabe recurso da decisão judicial que determina o arquivamento do inquérito policial? E mandado de segurança?	329
14.7. O juiz pode arquivar de ofício o inquérito policial?	329
15. INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA.....	330
16. <i>HABEAS CORPUS</i> NO CURSO DO INQUÉRITO POLICIAL	333
17. O INQUÉRITO POLICIAL EM FACE DAS AUTORIDADES COM FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	335
17.1. Distinguindo entendimentos sobre a incidência do foro por prerrogativa de função entre o STF e o STJ.....	335
17.2. Foros por prerrogativa de função na Constituição Federal	340
17.3. A questão da pertinência temática	344
17.4. A questão do momento da fixação da competência definitiva	346
17.5. Reeleição e mandatos	347
17.6. Coautoria e foro por prerrogativa de função	348

17.7. Foro por prerrogativa e aplicação do art. 221 do CPP	349
17.8. Delegado de Polícia pode investigar ou indiciar magistrado e membro do Ministério Público?.....	349
18. PRIORIDADES OU PREFERÊNCIAS NAS TRAMITAÇÕES EM INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS.....	353
19. INVESTIGAÇÃO EM FACE DE AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	354
20. RECONHECIDA A REPERCUSSÃO GERAL DE UMA QUESTÃO PELO STF, É POSSÍVEL A SUSPENSÃO DO TRÂMITE DO INQUÉRITO POLICIAL?.....	356
21. MODELOS	357
21.1. Portaria de instauração de inquérito policial.....	357
21.2. Mandado de intimação.....	358
21.3. Depoimento das testemunhas e vítimas.....	359
21.4. Depoimento sigiloso.....	359
21.5. Interrogatório do suposto autor do fato.....	361
21.6. Ordem de serviço.....	362
21.7. Decisão de indiciamento.....	362
21.8. Relatório conclusivo do inquérito policial (com ou sem indiciamento, no CPP ou na Lei de Drogas)	363

CAPÍTULO IV

A NOVA SISTEMÁTICA DA PRISÃO EM FLAGRANTE.....	367
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	367
2. CONCEITO	369
3. NATUREZA JURÍDICA.....	370
4. FUNDAMENTO NORMATIVO.....	374
4.1. Constitucional.....	374
4.2. Convencional	375
4.3. Legal.....	375
5. TIPICIDADE TAXATIVA DAS HIPÓTESES DE FLAGRÂNCIA	376
5.1. Flagrante próprio ou real	377
5.2. Flagrante impróprio ou irreal.....	378
5.3. Flagrante presumido	379
6. SUJEITOS DA PRISÃO EM FLAGRANTE	380
6.1. Sujeito ativo.....	380
6.1.1. Flagrante facultativo	381
6.1.2. Flagrante necessário.....	381
6.2. Sujeito passivo.....	382
6.2.1. Imunidades pessoais absolutas à prisão em flagrante.....	382
6.2.2. Imunidades pessoais relativas à prisão em flagrante.....	384
7. PRAZO PARA A LAVRATURA E REMESSA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE...	385
8. COMPETÊNCIA PARA A LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	386

9.	PRISÃO EM FLAGRANTE SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA.....	387
9.1.	Flagrante esperado.....	387
9.2.	Flagrante preparado, provocado, delito de experiência, de ensaio ou putativo por obra do agente provocador	388
9.3.	Flagrante forjado	394
9.4.	Flagrante postergado, diferido, retardado ou ação controlada.....	394
10.	QUESTÕES PECULIARES DA PRISÃO EM FLAGRANTE	397
10.1.	Crime permanente	397
10.2.	Crime habitual.....	399
10.3.	Crime continuado.....	400
10.4.	Infrações penais de menor potencial ofensivo	401
10.5.	Violência doméstica e familiar contra a mulher	402
10.6.	Lei de drogas	405
10.7.	Acidentes de trânsito que resulte vítima	406
10.8.	Crimes de ação penal pública condicionada à representação e de ação penal privada	407
10.9.	Violência doméstica e familiar contra criança e adolescente	409
11.	PRISÃO EM FLAGRANTE DE:.....	410
11.1.	Senadores, deputados federais, estaduais e distritais.....	410
11.2.	Agentes consulares	411
11.3.	Membros da magistratura e do Ministério Público.....	411
11.4.	Advogados, Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central do Brasil	414
11.5.	Outros sujeitos com foro especial por prerrogativa de função.....	415
11.6.	Militares.....	415
11.7.	Adolescentes	416
12.	PRISÃO EM FLAGRANTE FORA DO <i>LOCUS DELICTI</i>	416
13.	APRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA E PRISÃO EM FLAGRANTE	417
14.	PRISÃO EM FLAGRANTE E USO PROGRESSIVO DA FORÇA.....	420
15.	PRISÃO EM FLAGRANTE E USO DE ALGEMAS.....	421
16.	FORMALIDADES DA LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	428
16.1.	Fundamentação da justa causa para a prisão em flagrante e da tipificação da conduta.....	429
16.2.	Oitiva do condutor	432
16.3.	Oitiva das testemunhas.....	433
16.4.	Oitiva da vítima	434
16.5.	Oitiva do conduzido	434
16.6.	Despacho de atos ordinatórios do APF	438
16.7.	Nota de ciência dos direitos e garantias constitucionais.....	440
16.8.	Nota de “culpa” ou de imputação prévia.....	444
16.9.	Comunicação à família ou à pessoa indicada	445

16.10. Comunicação e encaminhamento do auto de prisão em flagrante ao juiz.....	446
16.11. Comunicação e encaminhamento do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública.....	449
16.12. Comunicação e encaminhamento do auto de prisão em flagrante ao membro do Ministério Público	450
16.13. Casos específicos de comunicação da prisão em flagrante	450
16.14. Audiência de garantia ou de custódia	452
16.14.1. Considerações preambulares	452
16.14.2. Debates institucionais: argumentos contrários à audiência de garantia.....	453
16.14.3. Análise crítica dos argumentos contrários e tentativa de refutação..	456
16.14.3.1. Finalidade	456
16.14.3.2. Âmbito de incidência	457
16.14.3.3. Exigibilidade imediata	460
16.14.3.4. Competência para presidir a audiência de garantia.....	460
16.14.3.5. Desconfiança democrática.....	463
16.14.3.6. Carência estrutural e interpretação dos direitos fundamentais ao avesso.....	465
16.14.3.7. Direito do preso de mentir	465
16.14.3.8. Argumentos fortes	466
16.14.3.8.1. Consequências da não apresentação do preso.....	466
16.14.3.8.2. Interrogatório do preso como meio de prova.....	467
16.14.3.8.3. Prazo	468
16.14.3.8.4. Audiência de garantia por videoconferência	469
16.14.4. Boas práticas	470
16.14.5. Contraditório antecipado	473
16.14.6. Audiência de custódia de parlamentares com foro especial por prerrogativa de função	475
16.14.7. Audiência de custódia de militares.....	478
17. AFINAL, PODE O DELEGADO DE POLÍCIA RELAXAR A PRISÃO EM FLAGRANTE? ..	478
18. PRISÃO EM FLAGRANTE E FIANÇA	480
19. EXAME DE CORPO DE DELITO DO AUTUADO	488
20. HIPÓTESES EM QUE O DELEGADO DE POLÍCIA PODE(RIA) DEIXAR DE FORMALIZAR A PRISÃO EM FLAGRANTE OU SUBSTITUÍ-LA POR PRISÃO DOMICILIAR	489
20.1. Quando o fato for praticado sob o manto de uma causa excludente de tipicidade, de ilicitude ou de culpabilidade	489
20.2. Quando outras medidas alternativas à prisão forem mais adequadas	493
20.3. Quando não for cabível a prisão preventiva	495
20.4. Quando for cabível a prisão domiciliar	496
21. MODELOS	497

21.1. Auto de prisão em flagrante.....	497
21.2. Despacho de providências no APF	498
21.3. Termo de entrega de preso	499
21.4. Auto de apresentação e apreensão.....	499
21.5. Nota de culpa ou de imputação preliminar	500
21.6. Nota de ciência das garantias constitucionais	500
21.7. Comunicado da prisão à família ou pessoa indicada.....	501
21.8. Termo de entrega ou devolução.....	501
21.9. Comunicação e encaminhamento do APF ao juiz	502
21.10. Comunicação e encaminhamento do APF à Defensoria Pública.....	502
21.11. Comunicação e encaminhamento do APF ao Ministério Público	503
21.12. Comunicação e encaminhamento do APF ao delegado (caso seja outro o que continuará com as investigações).....	503
21.13. Guia de recolhimento	504
21.14. Encaminhamento do APF e do autuado ao estabelecimento prisional onde ficará custodiado	504
21.15. Despacho de arbitramento de fiança.....	505
21.16. Despacho denegatório de fiança	505
21.17. Termo de depósito de fiança	505
21.18. Termo de fiança.....	506
21.19. Alvará de soltura	506

CAPÍTULO V

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA – TCO.....	507
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	507
2. CONCEITO	508
3. FUNDAMENTO NORMATIVO.....	509
3.1. Constitucional.....	509
3.2. Legal.....	510
4. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPP.....	511
5. PRINCIPAIS CONCEITOS E INSTITUTOS JURÍDICO-PENAIIS COM RESSONÂNCIA NA ATIVIDADE POLICIAL DE APURAÇÃO DE INFRAÇÕES PENAIIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.....	511
5.1. Infrações penais de menor potencial ofensivo	511
5.1.1. Contravenções penais.....	512
5.1.2. Crimes com pena máxima igual ou inferior a 2 (dois) anos	513
5.2. Autoridade policial	515
5.3. Conexão de infrações penais de menor potencial ofensivo.....	521
5.4. Causas de aumento e de diminuição de pena.....	522
5.5. Concurso material, concurso formal e crime continuado	523
5.6. Substituição do inquérito policial pelo termo circunstanciado de ocorrência ..	526
5.7. Dispensa da formalização da prisão em flagrante e da fiança.....	526

5.8.	Representação e requerimento do ofendido	527
5.9.	Violência doméstica e termo circunstanciado	527
5.10.	Termo circunstanciado para crimes com pena superior a dois anos?.....	529
5.10.1.	Na hipótese de crimes de trânsito.....	530
5.10.2.	Na hipótese de crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa	531
6.	FORMALIZAÇÃO DO TCO.....	533
6.1.	Ausência de previsão legal e carência de informações: dificuldades futuras ...	533
6.2.	Uma proposta elementar: prevenindo as dificuldades futuras.....	534
6.3.	Elementos constitutivos do TCO.....	534
7.	REGISTRO DO TCO EM LIVRO PRÓPRIO.....	535
8.	DEVOLUÇÃO DO TCO PARA DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES.....	535
9.	MODELOS	536
9.1.	Termo circunstanciado de ocorrência	536
9.2.	Termo de representação.....	537
9.3.	Termo de compromisso de comparecimento	537

CAPÍTULO VI

APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL 539

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	539
2.	AUTO DE INVESTIGAÇÃO DE ATO INFRACIONAL: CONCEITO	540
3.	FUNDAMENTO NORMATIVO.....	541
3.1.	Constitucional.....	541
3.2.	Convencional	542
3.3.	Legal.....	544
4.	CRIANÇA E ADOLESCENTE	544
5.	ATO INFRACIONAL.....	546
5.1.	Conceito.....	546
5.2.	Estrutura dogmática do ato infracional: tipicidade, antijuridicidade e censurabilidade	546
5.3.	Afinal, pode o adolescente ser responsabilizado quando o imputável, nas mesmas circunstâncias, não o seria?	549
5.4.	Consequências de um tratamento isonômico entre adolescente infrator e maior imputável	550
5.4.1.	Exercício do direito de queixa ou representação pela vítima.....	550
5.4.2.	Ato infracional de menor potencial ofensivo	553
6.	FLAGRANTE DE ATO INFRACIONAL.....	554
6.1.	Apenas violência real?	555
6.2.	Auto de apreensão em flagrante de ato infracional – AFAI	558
6.2.1.	Formalização	558
6.2.2.	Coautoria entre adolescente infrator e maior imputável	559
6.3.	Boletim de ocorrência circunstanciada – BOC.....	560

6.4.	Liberação ou restrição da liberdade do adolescente infrator apreendido em flagrante?.....	560
6.5.	Termo de responsabilidade.....	561
6.6.	Transporte do adolescente infrator.....	562
6.7.	Local destinado à restrição da liberdade do adolescente.....	562
6.8.	Criança como autora de ato infracional.....	563
7.	INTERNAÇÃO CAUTELAR DE ADOLESCENTE.....	563
8.	PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO APURATÓRIO DE ATO INFRA-CIONAL.....	564
9.	MODELOS.....	565
9.1.	Auto de apreensão em flagrante de ato infracional – AFAI.....	565
9.2.	Boletim de ocorrência circunstanciada – BOC.....	567
9.3.	Termo de recebimento e compromisso de apresentação.....	568

CAPÍTULO VII

	MEDIDAS CAUTELARES NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL.....	569
1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	569
2.	APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA GERAL DAS MEDIDAS CAUTELARES PENAIS.....	570
2.1.	Conceito.....	571
2.2.	Fundamento e finalidade.....	571
2.3.	Características.....	572
2.4.	Classificação.....	576
2.5.	Processo, ação ou apenas medidas cautelares penais?.....	577
2.6.	Afinal, pode o Delegado de Polícia representar por uma medida cautelar penal?.....	579
2.7.	Poder geral de cautela no processo penal.....	581
3.	MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS.....	582
3.1.	Prisionais.....	584
3.1.1.	Prisão preventiva.....	584
3.1.1.1.	Decretação da prisão preventiva: momento e legitimidade para requerê-la e decretá-la.....	586
3.1.1.2.	Pressupostos.....	589
3.1.1.3.	Finalidades específicas.....	590
3.1.1.4.	Hipóteses de cabimento (arts. 313 e 312, § 1º).....	592
3.1.1.5.	Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP.....	596
3.1.1.6.	Substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar... ..	597
3.1.1.7.	Revogação.....	599
3.1.1.8.	Fundamentação da decisão.....	599
3.1.1.9.	Prisão preventiva no período eleitoral.....	602
3.1.1.10.	Cumprimento do mandado de prisão em comarca distinta de onde foi decretada.....	604
3.1.2.	Prisão temporária.....	605

3.1.2.1.	Defeitos originais da prisão temporária.....	606
3.1.2.2.	Decretação da prisão temporária: momento e legitimidade para requerê-la e decretá-la.....	607
3.1.2.3.	Pressupostos.....	608
3.1.2.4.	Finalidades específicas.....	608
3.1.2.5.	Hipóteses de cabimento.....	611
3.1.2.6.	Prazo.....	617
3.1.3.	Prisão extradicional.....	619
3.2.	Não prisionais ou alternativas à prisão.....	621
3.2.1.	Decretação: momento e legitimidade para requerê-la e decretá-la..	622
3.2.2.	Substituição, cumulação e revogação.....	623
3.2.3.	Pressupostos.....	624
3.2.4.	Finalidades específicas.....	625
3.2.5.	Medidas em espécie.....	625
3.2.5.1.	Comparecimento periódico em juízo (art. 319, inc. I, do CPP).....	625
3.2.5.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares (art. 319, inc. II, do CPP).....	626
3.2.5.3.	Proibição de manter contato com determinada pessoa (art. 319, inc. III, do CPP).....	627
3.2.5.4.	Proibição de ausentar-se da comarca (art. 319, inc. IV, do CPP).....	629
3.2.5.5.	Recolhimento domiciliar (art. 319, inc. V, do CPP).....	630
3.2.5.6.	Suspensão do exercício de função pública ou atividade econômica ou financeira (art. 319, inc. VI, do CPP).....	631
3.2.5.7.	Internação provisória (art. 319, inc. VII, do CPP).....	632
3.2.5.8.	Fiança (art. 319, inc. VIII, do CPP).....	634
3.2.5.9.	Monitoração eletrônica (art. 319, inc. IX, do CPP).....	635
3.2.5.10.	Proibição de ausentar-se do país (art. 320 do CPP).....	637
4.	MEDIDAS CAUTELARES REAIS, PATRIMONIAIS OU ASSECURATÓRIAS.....	637
4.1.	Considerações iniciais.....	637
4.2.	Classificação.....	639
4.3.	Sequestro de bens.....	641
4.3.1.	Conceito, natureza jurídica e finalidades.....	641
4.3.2.	Objeto.....	642
4.3.3.	Pressupostos.....	643
4.3.4.	Momento e legitimidade para requerer e decretar o sequestro de bens.....	645
4.3.5.	Sequestro de bens retardado, diferido, postergado ou de ação controlada.....	646
4.3.6.	Prazo eficaz do sequestro.....	647
4.3.7.	Utilização de bem apreendido ou sujeito a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública.....	648

5.	MEDIDAS CAUTELARES PROBATÓRIAS.....	650
5.1.	Interceptação e a Lei nº 9.296/96	652
5.1.1.	Distinções conceituais- Interceptação, escuta, gravação e aplicação da Lei nº 9.296/96	652
5.1.1.1.	Interceptação	652
5.1.1.2.	Escuta	653
5.1.1.3.	Gravação clandestina ou captação direta	654
5.1.2.	Interceptação telefônica	659
5.1.2.1.	Requisitos da interceptação telefônica	661
5.1.2.1.1.	Autorização judicial	661
5.1.2.1.2.	Indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal	661
5.1.2.1.3.	Impossibilidade de produção da prova por outros meios disponíveis	663
5.1.2.1.4.	Infração penal punida com reclusão	663
5.1.2.2.	Procedimento da interceptação telefônica	664
5.1.2.3.	Prazo da interceptação telefônica e a sua prorrogação	667
5.1.2.4.	Segredo de Justiça	668
5.1.2.5.	Portabilidade dos aparelhos celulares	668
5.1.3.	Interceptação ambiental (captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos)	669
5.1.4.	É válida a interceptação do Whatsapp Web pela polícia para fins de persecução criminal?	671
5.1.5.	A jurisprudência dos Tribunais Superiores e o tema das nulidades nos temas em estudo	672
5.2.	Dados telefônicos, correspondência, dados bancários e fiscal	674
5.2.1.	Fundamentos Constitucionais	674
5.2.2.	Sigilos de dados telefônicos e de dados cadastrais.....	674
5.2.3.	Sigilo dos dados telefônicos e uso do <i>geofencing</i>	690
5.2.4.	Sigilo da correspondência.....	691
5.2.5.	Sigilos bancário e fiscal.....	691
5.3.	Busca e apreensão pessoal e/ou domiciliar.....	693
5.3.1.	A busca (e apreensão) pessoal, abordagem policial, busca e apreensão administrativa e blitz policial.....	694
5.3.2.	Busca e Apreensão domiciliar	701
5.3.2.1.	Cumprimento da medida.....	705
5.3.2.2.	Busca e apreensão de pessoa em “situação de rua”	708
5.3.2.3.	Busca e apreensão em escritório de advocacia.....	709
5.3.2.4.	A busca e apreensão domiciliar e a descoberta de outros elementos probatórios.....	710
5.3.2.5.	Uso do rastreador do celular e a necessidade de se representar por mandado de busca e apreensão	712
5.3.2.6.	Busca e Apreensão Itinerante ou Mandado Adesivo	713

5.3.2.7.	O mandado de prisão traz em si uma autorização para o cumprimento de uma busca e apreensão?	714
5.3.2.8.	Delegado pode requisitar imagens do circuito interno do condomínio ou necessita representar por mandado de busca e apreensão?	716
5.4.	Infiltração de agentes.....	718
5.4.1.	Conceito	718
5.4.2.	Requisitos	718
5.4.3.	Procedimento.....	722
5.4.4.	O agente infiltrado.....	723
5.4.4.1.	Aspectos criminais	723
5.4.4.2.	Direitos do agente infiltrado.....	724
5.4.5.	A infiltração de agentes de polícia na internet (lei de combate ao crime organizado)	725
5.4.6.	A infiltração de agentes de polícia na internet (ECA)	727
5.4.7.	Infiltração de agentes e ação controlada.....	730
5.4.8.	Tabela Comparativa	730
5.5.	Ação controlada	731
5.5.1.	Procedimento.....	733
5.5.2.	A situação flagrancial dos fatos que ocorreram no curso da ação controlada	735
5.5.3.	Ação controlada entre países.....	736
5.6.	Antecipação cautelar de provas	736
6.	MODELOS	736
6.1.	Representação pela prisão preventiva	736
6.2.	Representação pela prisão temporária	737
6.3.	Representação por medida cautelar alternativa à prisão.....	738
6.4.	Representação por sequestro de bens.....	739
6.5.	Representação pela interceptação telefônica	740
6.5.1.	Modelo a ser utilizado pelo Delegado de Polícia	740
6.5.2.	Modelo a ser utilizado pelo candidato ao concurso público ao cargo de Delegado de Polícia	743
6.6.	Representação por quebra de sigilo telefônico ou de correspondência	744
6.7.	Quebra de sigilo bancário e fiscal	745
6.8.	Representação por busca e apreensão	746
6.9.	Representação por infiltração REAL de agentes policiais – modelo ORCRIM....	747
6.10.	Representação por infiltração VIRTUAL de agentes policiais – modelo ORCRIM	749
6.11.	Comunicação de ação controlada – modelo ORCRIM.....	751
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		753